

## **Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056**

### **Orientações para o estudo**

#### **PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação**

#### **Tema 4. Organização política: queda do Estado Novo, o Portugal democrático e a integração europeia – Semana 1**

Dado que aborda várias questões complexas, este tema do programa curricular será leccionado ao longo de três semanas. Nesta primeira semana centrar-nos-emos na caracterização histórico-política do Estado Novo. Isto permitir-nos-á discutir os tópicos relevantes do subtema 4.1. Diáspora, Estado Novo e queda do regime. Não haverá um texto especificamente dedicado ao subtema 4.2. Descolonização, mas alguma informação histórica é-vos fornecida no texto que deverão ler esta semana. Nas semanas seguintes será disponibilizada bibliografia para os subtemas seguintes do tema 4, bem como orientações para o estudo detalhadas.

Apesar de ter sido, sem dúvida, um regime político ditatorial, o autoritarismo e corporativismo de Estado do Estado Novo não foi social ou politicamente imutável ao longo do seu meio século de duração. A intenção político-administrativa de controlar a direcção e velocidade da mudança social nunca foi inteiramente bem sucedida. Em geral, a vida tal como é vivida tem uma propensão para não obedecer de modo pleno e pacífico às intenções humanas que visam moldá-la, mesmo às mais autoritárias.

Toda a periodização histórica tem uma dose de arbítrio e será sempre possível encontrar eventos alternativos para o início ou o final de uma fase histórica. Contudo, os eventos destacados por Manuel Braga da Cruz (1988) foram inegavelmente cruciais na história do Estado Novo e as datas das suas ocorrências são razoáveis para delimitarmos o início e o fim de etapas deste regime ditatorial. Estes acontecimentos são o golpe de Estado militar de 28 de Maio de 1926, que ditou o fim da Primeira República; a Constituição de 1933, que indicou o final da ditadura militar e foi, claramente, marcada pelo corporativismo (por oposição ao liberalismo e ao socialismo e, ainda que com proximidades com o fascismo, não idêntico a este último); o final da Segunda Guerra Mundial em 1945; o início (oficial) da guerra colonial, em 1961; a sucessão de Marcelo Caetano a Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, em 1968; e, terminando o regime ditatorial, a revolução militar de 25 de Abril de 1974.

De acordo com Braga da Cruz (1988), estes eventos permitem identificar cinco grandes períodos durante o Estado Novo. O período da ditadura militar, entre 1926 e 1933, que não é, rigorosamente, uma fase do Estado Novo mas o momento da sua preparação, desde logo, pela entrada de António de Oliveira Salazar na vida político-administrativa activa como Ministro das Finanças, em 1928.

Em termos rigorosos, o Estado Novo tem o seu início formal com a ratificação da Constituição política de 1933, que apenas foi substituída pela constituição revolucionária de 1976. A Constituição de 1933 é, então, o evento que inicia a segunda fase histórica do regime ditatorial, que durará até ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e que se caracterizou por pelo esforço de construção e estabilização das estruturas político-administrativas do Estado Novo, bem como pela tentativa de moldar a sociedade portuguesa de acordo com a imagem para ela idealizada pela figuras cimeiras do regime através de mecanismos ideológicos e propagandistas.

A fase histórica situada entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da guerra colonial, em 1961, caracterizou-se por uma ténue e, muitas vezes, simulada, abertura da sociedade portuguesa quer internamente, quer no panorama geopolítico.

Com o início formal da guerra colonial, a anterior abertura da sociedade portuguesa, que, no melhor dos cenários, nunca fora mais do que incipiente, retrocede e verifica-se um recrudescimento do autoritarismo estatal e do isolamento nacional. Esta fase histórica chega ao seu fim com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano como Presidente do Conselho de Ministros, em 1968.

Caetano dirigiu a fase final do Estado Novo até ao seu final, em 1974. Nos primeiros anos desta fase histórica, Caetano deu início a um esforço incipiente e superficial de reforma da sociedade portuguesa e das suas estruturas políticas, mas este rapidamente foi interrompido e, perante a oposição interna crescente, bem como perante pressões internacionais crescentes, intensificou-se novamente o autoritarismo estatal.

Para realizar o estudo dos subtemas do tema 4 da Parte II do programa curricular que serão abordados esta semana, deverá ler o texto indicado de seguida.

Cruz, Manuel Braga da (1988), "Fases históricas do regime", *in idem, O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 38-47.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura dos textos acima indicados.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>